

Os poderes do CMN serão reduzidos

O próximo presidente do Banco do Brasil será uma pessoa comprometida com a implantação da chamada "reforma bancária", que significará o reordenamento das finanças públicas, com a transferência de receitas e despesas do Tesouro Nacional do âmbito do orçamento monetário para o orçamento da União. Essa afirmação é de um categorizado técnico do atual governo, já comprometido com a equipe econômica que está sendo escolhida pelo presidente eleito Tancredo Neves.

Para esse técnico, o alerta do presidente Tancredo Neves para a necessidade da unificação dos orçamentos — da União, monetário, das estatais e da Previdência Social — é uma clara demonstração de que, a partir de 15 de março, serão reduzidos os poderes do Conselho Monetário. O CMN deixará de administrar uma série de gastos governamentais, inclusive subsídios implícitos, passando o Congresso Nacional a discutir em toda a sua plenitude as despesas governamentais.

Segundo o técnico, convidado para cargo de destaque no próximo governo, o ponto central do reordenamento das finanças públicas será a implantação definitiva no Brasil de dois princípios básicos: a universalidade e a unicidade orçamentária. Isso significa a incorporação, no orçamento da União, de todas as despesas e receitas a cargo do Tesouro Nacional, e a existência de um único orçamento, incluindo-se todas as receitas em uma caixa única e saindo o nu-

merário para todas as despesas de um mesmo e grande fundo comum.

Portanto, os objetivos básicos do reordenamento estão claramente estabelecidos para o próximo governo. Primeiro, tornará transparentes os gastos do governo federal, evitando despesas "implícitas", sobretudo através de taxas de juros negativas nas operações de crédito de fomento; e o subsídio, quando houver, deverá ser claramente destacado em dotações específicas do orçamento da União, aprovadas pelo Congresso Nacional.

Segundo, explicitará os déficits do orçamento da União, quando for o caso, bem como a forma de financiá-los; e terceiro, possibilitará visão global dos gastos públicos, auxiliando o Poder Executivo e o Congresso Nacional nas decisões políticas sobre prioridade na alocação dos recursos do governo federal.

O reordenamento das finanças públicas, no próximo governo, deverá também permitir ao Banco Central uma melhor administração da política monetária, tornando mais eficazes seus instrumentos de ação. Com isso, tentará evitar conflitos de interesse na execução monetária, pela extinção de suas atuais funções de banco de fomento e de administrador da dívida pública federal, concentrando-se na regulação da liquidez e do crédito, objetivo central de um banco central.

Com as mudanças, o banco do Brasil, segundo o roteiro da reforma, se

livrará das atuais "amarras" na condução de suas aplicações, sem perder a condição de principal banco da União e de principal instrumento da política creditícia oficial. O BB deve continuar sendo o principal agente financeiro do governo federal e executor de serviços bancários ao BC e ao Tesouro Nacional, recebendo por isso remuneração. Permanecerá o BB, por outro lado, executando os serviços de custódia e de transferência de fundos bancários entre as regiões do País.

Argumenta-se, já no âmbito da nova equipe econômica, que a reforma bancária é algo imperioso para que o Banco do Brasil retome sua posição no contexto financeiro nacional, uma vez que as operações normais e tradicionais do banco estariam sendo comprimidas para dar lugar a operações de responsabilidade do governo federal. Entre essas, incluem-se a compra de produtos agrícolas, os estoques regulares, os déficits da Previdência Social ou o pagamento de empréstimos externos do setor público avizados pelo Tesouro Nacional.

Assim, o próximo presidente do Banco do Brasil, seja ele quem for, enfrentará o problema da reforma bancária. Para membros já comprometidos com o próximo governo, o BB, a exemplo dos bancos comerciais, terá permissão para formação de reservas em títulos públicos, o que atenderá momentaneamente seus desequilíbrios de caixa.